



DEBATE

A segurança no campus do Vale

Furtos, assaltos à mão armada e até a morte de um segurança cercam de medo a vida na universidade.

Página 3

FINANCIAMENTO

Quatro olhares sobre os cursos pagos

Artigos de quatro professores dão um panorama da polêmica dos cursos pagos na universidade.

Páginas 4 e 5

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Ação conjunta contra a proposta do governo

Os docentes deflagraram uma campanha nacional para dizer não à privatização da Previdência. Em diversas universidades do Brasil, serão realizados encontros e seminários para debater os principais pontos da proposta de reforma, mostrando que a questão está sendo tratada pelo governo sem considerar seus pontos cruciais. Dia 21 de fevereiro, foi a vez da Adufrgs organizar, em conjunto com Assufrgs e a regional do Andes - SN, o seminário "O novo seguro e a segurança social dos trabalhadores". Foram debatidos os aspectos econômicos e políticos da proposta.

Páginas 6 e 7

Mario Guerreiro



Não à privatização da Previdência

Estamos em campanha salarial. As perdas indicam uma necessidade de reposição de cerca de 122%, enquanto aceitamos emergencialmente 47%. O governo responde que seria possível 4%. Talvez somente 2,5%. Todos esses números, apesar das discrepâncias, foram discutidos de maneira civilizada com seis ministros na primeira rodada de negociação. Há, sim, uma mudança na forma de negociação – de ambos os lados. Mas, com relação ao conteúdo da negociação, o lado cedente ainda é o mesmo. As metas de crescimento econômico do Brasil foram estimadas... Dos brasileiros ainda não. Não daria para nos dizerem se haveria compromisso em repor as perdas salariais? E que conversa é essa de que os sindicatos são corporativos? Enfatizamos a necessidade de sindicatos independentes e críticos, como forma de sustentar a democracia e de comprometer o governo com a pauta de mudanças, etapa vitoriosa na última eleição. Querem que escutemos que salário inflaciona semespernear. É pedir muito. Seríamos o “sindicato cidadão”, sem tirar, nem pôr (literalmente!).

Sem tirar, ainda. Porque a proposta de reforma da Previdência vem para isso. A reforma da Previdência transformou-se na meta mais importante do Governo Lula, que para isso conta com o apoio incondicional da mídia, possivelmente patrocinada por setores interessados na privatização da Previdência. O Governo Lula foi eleito por uma ampla aliança política, que alimenta a esperança

nacional de justiça. A magia da aliança estaria em pagar a dívida externa (indicando a seriedade do governo, segundo a direita), e simultaneamente aumentar os investimentos públicos nas áreas sociais (indicando a sensibilidade do governo, segundo a esquerda). Entretanto, na primeira quebra de braço – o “sumiço” dos 14 bilhões no orçamento – o governo Lula optou pela seriedade servil ao FMI e reduziu ainda mais o escasso investimento nas áreas sociais. Não haveria outra saída, sem colocar em risco a magia?

A proposta de reforma da Previdência, sob o pretexto de “botar a casa em ordem”, é aquela encaminhada pelo governo anterior. Não temos dúvidas de que uma mudança na Previdência pública se faz necessária, para acabar com a sonegação (uma prática que todos os governos têm adotado em relação aos trabalhadores do Estado), os desvios de aplicação desses recursos (que financiam obras do Estado desde o governo JK) e os roubos, que não são poucos. Apesar da sangria (e do que diz a mídia) há estudos mostrando um superávit. Se não fosse assim, não haveria empresas interessadas na privatização da Previdência. O projeto para Previdência em tramitação (PL-9) ou outro equivalente que coloque em risco a Previdência pública, representa outra quebra de braço. Não devemos ficar assistindo. É preciso lembrar ao atual governo para que lado o Estado tem que fazer força. Não à privatização da Previdência.

Fraudes em cursos

O Ministério da Educação tem investigado supostas fraudes na aprovação de novos cursos de instituições de ensino superior brasileiras. Uma sindicância apurou irregularidades em 37 cursos de 92 processos escolhidos aleatoriamente entre os 434 aprovados em dezembro. Todos os suspeitos de cometerem fraudes ocupam ou já ocuparam cargo de confiança no Ministério. Chegaram a ser feitas adulterações nos computadores que controlam o processo de credenciamento, mas o sistema já está mais seguro, garantiu o novo secretário de Ensino Superior, Carlos Antunes. Foram apuradas, por exemplo, as irregularidades ocorridas na autorização para funcionamento do curso de Ciências da Computação no Instituto Baiano de Ensino Superior (BA), Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura (MT) e no Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo de Palmas (TO).

Fiscalização às filantrópicas

Este ano o INSS e a Receita Federal devem atuar em conjunto no reforço à fiscalização das entidades filantrópicas do País. A idéia é identificar quais as empresas que realmente prestam serviços assistenciais e separá-las das que estejam cometendo irregularidades. Como são isentas do pagamento de diversos tributos federais – entre eles a contribuição patronal correspondente a 20% da folha de pagamento dos empregados – as filantrópicas acabam sendo responsáveis por 70% da renúncia previdenciária no Brasil. A relação das 4.740 entidades que têm o certificado de filantropia e isenção tributária está disponível no site do Ministério da Previdência Social (www.mps.gov.br).

Sociedade pensante

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, quer reincluir no currículo do ensino médio as disciplinas de Sociologia e Filosofia. A volta dessas disciplinas foi proposta no Projeto de Lei nº 9/2000, de autoria do deputado Padre Roque (PT/PR). Em outubro de 2001, o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, vetou a íntegra do projeto. Com isso, as duas disciplinas passaram a fazer

parte do currículo apenas como temas transversais. Para derrubar o veto ao Projeto de Lei, pedido pela Federação dos Sociólogos, o ministro sugeriu duas frentes de trabalho. O deputado Henrique Fontana (PT-RS), que acompanhou a Federação dos Sociólogos na audiência, ficou encarregado de negociar com o Colégio de Líderes do Congresso Nacional a inclusão da derrubada do veto na pauta. Já o Ministério vai ouvir especialistas das áreas de Sociologia e Filosofia e preparar uma exposição de motivos a ser enviada ao Congresso sobre a importância dessas duas disciplinas na formação do cidadão.

Zona livre de transgênicos

É cada vez maior a quantidade de estudos que apontam as desvantagens econômicas no cultivo de produtos transgênicos. “Transgênicos – aspectos econômicos e comerciais, mitos e manipulações” é o nome do texto proposto pelo PT, produzido por Gerson Teixeira em conjunto com o consultor legislativo José Cordeiro de Araújo. Teixeira, assessor técnico da bancada federal do partido, afirma que a análise desmonta a tese de que sem os transgênicos o País não teria condição de concorrer no mercado agrícola mundial. O trabalho está em linha com a posição do governo Lula sobre o tema. No início deste mês, o presidente definiu que o plantio de sementes geneticamente modificadas no Brasil continuará proibido. Um dos dados apresentados no estudo mostra, por exemplo, que enquanto a soja convencional no Brasil vem apresentando ganhos de produtividade, nos Estados Unidos a soja transgênica apresenta movimento inverso. De 1996 a 2002, os rendimentos da soja brasileira cresceram 1,91% ao ano, contra o índice negativo de 0,04% para a norte-americana. O custo de produção da soja geneticamente modificada também não compensa, garante a análise. Entre 1996 e 1999, os custos de produção da soja cresceram 2,5% ao ano nos EUA; já no Brasil, de 1996 a 2001, os custos de produção da soja convencional declinaram 4,3% ao ano.

Projeto: Memória Adufrgs

Caro Colega, a Adufrgs completa 25 anos de existência em 2003. Por isso, nos parece oportuno recuperar a história dessa trajetória de lutas, conquistas e desafios. Se você possui algum material relacionado às diversas atividades desenvolvidas por nosso Sindicato nesse período (fotos, panfletos, documentos, cartazes etc...), por

favor entre em contato conosco. Estamos interessados em reproduzir tais fontes para compor o acervo da Adufrgs e, posteriormente, elaborar uma publicação.

Contamos com você.

Cordialmente,
Diretoria da Adufrgs.

Diretoria

Presidente: Maria Aparecida Castro Livi
1º vice-presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
2º vice-presidente: Carlos Alberto Gonçalves
1ª secretária: Daniela Marzola Fialho
2ª secretária: Laura Verrastro Viñas
1º tesoureiro: Alejandro Borche Casalás
2º tesoureiro: Valério De Patta Pillar
1º suplente: Elisabete Zardo Búrigo
2º suplente: Nádyá Pesce da Silveira

POLÊMICA

Violência provoca debate no Campus

A Ufrgs passou por momentos de tensão no início do ano, que acabaram por desencadear uma discussão a respeito da segurança no campus do bairro Agronomia (leia artigo ao lado e a opinião dos professores). Em um assalto com reféns, o resultado foi a morte de um vigilante que trabalhava como folguista. O vigia de plantão Jossoel da Mota conta que por volta das 23 horas foi rendido pelos assaltantes – três homens armados com pistolas – quando verificava o laboratório da Geologia. Lá dentro, um professor já estava sob o controle dos criminosos. Depois de levarem

os reféns e mais dois professores para outra sala, os assaltantes serviram-se de celulares, dinheiro, tomaram o colete, a arma e as chaves do vigia. Deixaram os reféns trancados no local, com a promessa de que voltariam. Logo após, Mota diz ter ouvido tiros. Um professor usou a internet em um computador da sala para se comunicar com a esposa e pedir ajuda. Em seguida a polícia chegou ao local e Mota conseguiu abrir a porta da sala com ferramentas que encontrara. Para debater a segurança, o Adverso ouviu algumas pessoas que trabalham no Vale.



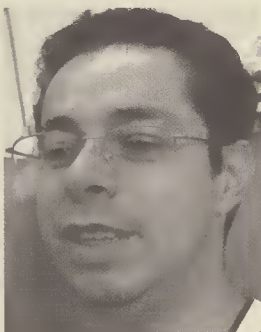
“Além de pouco iluminado, o estacionamento dos alunos é afastado. Quando os alunos da noite chegam, até as 18h30min, as aulas da tarde ainda estão ocorrendo. Assim, como os estacionamentos ainda estão lotados, os alunos da noite têm de estacionar longe. Estes são alguns dos maiores problemas. Eu soube do que ocorreu com o guarda pelos jornais e por alguns professores. Aparentemente foi um assalto bem planejado e, segundo a imprensa, o segurança não tinha colete a prova de balas, estava sozinho e sem rádio para contato.” Alfredo Storck, professor de Filosofia

“Estou na Ufrgs desde 1978, quando ainda era estudante. Posso dizer que em comparação há um tempo atrás, hoje o campus é mais seguro. O que ocorreu com o guarda foi uma fatalidade horrível, mas não é comum. Existe um bom relacionamento com a comunidade que vive perto do campus e está melhorando com o cursinho pré-vestibular Alternativa Cidadã, que os alunos ministram na comunidade.” Cláudia Wasserman, chefe do Departamento de História



“Acontece de sermos furtados dentro da sala de aula quando temos ausências rápidas, no caso de irmos tomar um café, coisas assim. Eu mesma já fui vítima mais de uma vez. Isso aconteceu ainda este semestre, em duas ocasiões diferentes. Dentro da minha sala, durante o dia, roubaram a minha carteira de dentro da bolsa. Realmente, a segurança no campus é muito precária.” Regina Xavier, professora de História

“Depois da reunião que tivemos com a reitoria, melhorou a iluminação no campus e agora há vigilantes perto da escadaria, onde antes não havia. Comigo nunca aconteceu nada, mas sabe-se de casos de meninas violentadas, celulares roubados, carros... Eu tenho receio de trabalhar à noite. É um problema social, relacionado com as pessoas de baixa renda que vivem nas imediações. Deveria sempre haver guardas na saída e uma forma de acioná-los rapidamente, como um rádio, por exemplo.” Odoaldo Rochefort, professor de Química Inorgânica



“Há problemas com os professores de matemática, porque temos aulas à noite, que terminam às 22h30min. Além disso, o prédio fica próximo à reserva florestal, é bem isolado, tem pouca iluminação e fluxo pequeno de pessoas à noite. Estamos atendendo a exigência da reitoria de avisar a vigilância quando saímos do trabalho e a comunicação tem sido perfeita. Depois do acontecido com o vigilante, houve reforço da vigilância e das luzes, a administração está se esforçando.” Adriana Veiga, assessora do Instituto de Matemática

Alejandro Borche - Professor do IPH e membro da diretoria da Adufrgs

A questão da segurança no Campus do Vale deve ser vista de modo abrangente



Fotos Cristina Lima

Perigo: parte do muro da ponte de acesso ao IPH desabou

O Campus do Vale, por sua localização e extensão, sempre apresentou sérios problemas de segurança. Apesar disto, o número de ocorrências envolvendo atos delituosos tem sido relativamente baixo. Nos últimos tempos, após alguns acontecimentos lamentáveis, a preocupação com esta problemática passou a centralizar as atenções.

A questão, porém, é muito mais abrangente e deve ser tratada como parte integrante do conjunto de problemas da infra-estrutura universitária e analisada à luz do tipo de Universidade que se quer. Esta discussão até agora foi pouco ou nada realizada nas diferentes instâncias colegiadas. Diversas medidas vêm sendo implementadas, como o crachá para funcionários e alunos, o cercamento do Campus do Vale e outras menos visíveis, sem que sejam claras para a comunidade as suas finalidades e suas utilidades reais. Os crachás foram implementados com que finalidade? Só para uso nas bibliotecas e no RU ou, no futuro, servirão para limitar acessos a determinados lugares? Obviamente que, e isto não é de hoje, os laboratórios e lugares em que existe um patrimônio a ser preservado devem ter portas com chave, a circulação restrita e as pessoas responsáveis devem tomar todo tipo de precauções. Porém qual o critério que deve nortear o acesso a lugares, por definição públicos, no âmbito universitário? O muro, de uma extensão desmedida, que tenta rodear o Campus será que terá alguma utilidade? Não será mais importante centrar as atenções em resolver os sucessivos cortes de energia que o Campus padece, tornando crítica a situação quando isto acontece em horário noturno?

Estes assuntos nos remetem à questão de como devem ser definidas as prioridades no atendimento das demandas de infra-estrutura, sejam estas relacionadas com segurança ou com outros problemas que necessitam igualmente de solução. Por exemplo, qual a razão para que as obras relativas ao estacionamento para alunos no Campus tenham tido prioridade sobre as melhoras no terminal de ônibus? Qual a razão para bancos particulares ocuparem lugares físicos enquanto que praticamente não existem livrarias no Campus do Vale e no Campus Centro? Estes são apenas exemplos. Não seria chegado o momento de criar mecanismos participativos de forma que a comunidade possa intervir na definição de prioridades nas questões de infra-estrutura geral dos Campi?

A questão da segurança não pode ficar restrita ao problema de impedir os atos delituosos contra as pessoas e o patrimônio. Outros assuntos também fazem parte do tema segurança, como, prevenção de incêndios (extintores disseminados e com validade, acesso dos carros de bombeiros a todos os prédios), pára-raios, problemas de contaminação, fluxo seguro de pedestres, etc. Muitos destes problemas teriam solução sem grandes despesas, bastando para isto vontade política. Este é o caso da desatenção nas diversas vias de trânsito no interior do Campus, onde não são previstas calçadas para que as pessoas possam transitar a pé. Hoje, deslocar-se caminhando do IPH ou do Colégio de Aplicação até o Campus representa um verdadeiro risco. Veja o exemplo das grades de proteção da ponte da barragem que dá acesso ao IPH que acabaram recentemente por desabar. O excesso de velocidade noanel viário e o estacionamento de carros de forma imprópria na rótula em que se encontra a rampa de acesso ao núcleo central do Campus, podem ser motivos de sérios acidentes. Nestes casos, as providências a tomar certamente não demandam custos elevados. A convocação de uma comissão de representantes dos diversos Institutos é sem dúvida um avanço no tratamento dos diversos problemas sobre segurança no Campus do Vale. Porém, ela deve tornar-se permanente e não atuar e ser convocada apenas sob o efeito de fatos lamentáveis. Devemos caminhar em direção a formas mais participativas no tratamento de todas as questões que dizem respeito à solução de problemas de infra-estrutura comuns aos vários Institutos.

OPINIÃO

Quatro olhares sobre os cursos pagos

O jornal Adverso publica nesta edição quatro artigos de professores da Ufrgs que se manifestam sobre a questão dos cursos pagos que está para ser regulamentada pelo Conselho Universitário (Consun). Carlos Alberto Gonçalves (do departamento de Bioquímica), Paolo Roberto Livotto (Físico-Química), César A. Leal (representante Docente no Consun) e Carlos Schmidt (departamento de Economia) dão uma panorâmica desta polêmica discussão.

Paolo Roberto Livotto - professor adjunto IV do Depto. de Físico-Química

Carlos Alberto Gonçalves - professor do Depto. de Bioquímica/ICBS

Consun volta a discutir gestão dos recursos financeiros vinculados à pós-graduação

Volta a ser apreciado pelo Conselho Universitário uma nova proposta de regulamentação da gestão dos recursos financeiros oriundos das atividades de pós-graduação. Nesta oportunidade é interessante recuperar a origem deste processo. A discussão iniciou no Consun com a crise institucional deflagrada, no início do ano 2000, pela denúncia da existência de diversos cursos de pós-graduação na universidade cobrando taxas por atividades de ensino. Num primeiro momento foi obtido um consenso dentro do Conselho Universitário de suspender quaisquer cobranças nos cursos de pós-graduação acadêmicos. No entanto, a situação nos chamados mestrados profissionalizantes, pós-graduações *strito sensu* fora-da-sede e especializações permaneceu sem posicionamento. Com isto, restrições continuaram a ser efetuadas por representantes docentes, técnico-administrativos e discentes sobre a cobrança nos mestrados profissionalizantes e sobre aspectos de convênios envolvendo cursos de especialização e pós-graduações interinstitucionais. Tornou-se imprescindível uma regulamentação desta questão.

Após uma primeira tentativa de regulamentação por uma comissão da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, o Consun resolveu criar uma comissão mista Consun/Cepe para elaborar uma nova proposta. Simultaneamente uma parcela da representação docente no Consun apresentou uma proposta de regulamentação para discussão da comunidade universitária. Novamente não foi possível um consenso amplo pela manutenção da permissão de cobrança das atividades de ensino nos mestrados profissionalizantes nas propostas da comissão Consun/Cepe.

Questionamentos de cobranças em cursos de pós-graduação na Justiça, em nível local e nacional, levaram o Ministério Público de diversos estados a suspender as cobranças em cursos de pós-graduação em diversas universida-

des públicas e a co-responsabilização da Capes e do MEC na regulamentação clara desta questão. O Conselho Nacional de Ensino, no parecer 364/ 2002, reconheceu que o princípio da gratuidade, estabelecido pelo artigo 206 da Constituição Federal, se aplica ao ensino de graduação e pós-graduação *strito sensu* (incluindo a chamada pós-graduação acadêmica e o mestrado profissionalizante) mas não a pós-graduação *lato sensu*. Este entendimento foi utilizado para uma nova proposta de regulamentação que, embora não consensual, logrou ser aprovada como texto básico de discussão pelo Conselho Universitário.

Superada esta questão mais ampla voltam-se as atenções para os aspectos dos mecanismos de gestão dos financeiros. Esta não é uma questão de menor importância. As crescentes restrições orçamentárias a que estão sujeitas as Universidades Públicas estimularam que a capta-

ção de recursos extra-orçamentários, que apesar de ocorrerem há muito tempo tinham papel marginal na manutenção da universidade, passasse a ser considerada como meio alternativo de custeio importante e se multiplicasse submetida a regulamentações superficiais. Neste momento é necessário reafirmar o caráter institucional, e portanto público, destes recursos. Todo o processo de gestão deve estar submetido tanto aos critérios de pertinência acadêmica e inserção nas atividades-fim da Universidade, quanto à destinação institucional e transparente dos financiamentos e inserido dentro de uma política de recursos humanos equilibrada. Tratando-se também de atividades explicitamente incluídas nas formas de ensino oferecidas pela universidade, embora não-regulares, não podem ser consideradas atividades extraordinárias. Estas e outras questões devem ser consideradas para constituição da regulamentação de uma política que preserve seu caráter público e não aprofunde sua fragilização e fragmentação institucional.

“ Neste momento é necessário reafirmar o caráter institucional, e portanto público, destes recursos ”

A cobrança precisa ser cobrada!

Há alguns dias fui surpreendido por um e-mail, que muitos devem ter recebido, fazendo uma consulta sobre como deveria ser repartido o “caixa 2”, nas Unidades e entre os professores. O “caixa 2” está para ser regulamentado pelo Consun. Não sou um dos que acham que estamos começando a privatização da Ufrgs, mas estamos dando alvará comercial para a solução de problemas privados dos professores. Para entender como chegamos a este absurdo, me permitam fazer algumas considerações.

A União tem, sistematicamente, descumprido suas obrigações com a Universidade Pública, repassando pouco e exigindo milagres dos administradores. Parênteses. Reparem que muitos professores que discordam de que a Universidade está sucateada, contraditoriamente acham que a solução está na cobrança do ensino. Fecha parênteses. No ensino de graduação os problemas são mais visíveis: salas inadequadas, falta de recursos audiovisuais, computadores, etc. Os

chefes de departamento viraram síndicos, “catando” recursos para consertar fechaduras, torneiras, mudar lâmpadas, etc. O salário está soterrado pelas gratificações que nos permitem sobreviver. E qual é a solução? A mais fácil: vamos cobrar de alguém. Mas de quem? Dos alunos? É dos alunos, que agora seriam “clientes”.

A Capes criou, já há algum tempo, a modalidade de mestrados profissionalizantes, que poderiam ser auto-sustentáveis. Para muitos professores (colegas nossos) isto foi sinônimo de curso pago. Na ânsia de não perder “mercado” para outras Universidades, a Ufrgs criou inúmeros cursos deste tipo, muitos na perspectiva de “receita” para resolver outros problemas. A Ufrgs é a segunda Universidade do País em número desses cursos (estamos léguas à frente da USP, UFRJ e UFMG neste quesito). Na hora de regulamentar estes cursos, a polêmica nacional e local veio à tona. Os representantes docentes da gestão anterior resistiram bravamente. Chegaram a um acordo com um

grupo de diretores – os cursos de pós-graduação “*stricto sensu*” seriam gratuitos. Felizmente, em outras instituições a cobrança foi julgada inconstitucional. Os defensores dos cursos pagos na Ufrgs tiveram que recuar. Ficou ainda uma ponta discutível: a especialização, que agora está sendo alvo de “especulação” (um trocadilho, bem adequado).

Epa, vão dizer os defensores da cobrança, esses cursos sempre foram pagos e ninguém chiou. Pois é. Acho que devemos aproveitar o momento e colocar esta questão às claras, inclusive a de sua inconstitucionalidade. Pergunto: se fosse proibido fazer complemento salarial (ou houvesse um teto equivalente ao da bolsa de pesquisador do CNPq), será que estes cursos existiriam? Os argumentos de alguns – “ninguém enriqueceu” ou “as condições de trabalho nessas unidades são melhores” – precisam ser bem avaliados. O

selo de qualidade da Ufrgs foi construído ao longo do tempo com muita seriedade e competência. Acho que é o momento de avaliar se algumas atividades não estão comprometendo a seriedade da Instituição e servindo de fachada para alguns profissionais menos competentes.

Fui professor de escolas privadas. Estou na Ufrgs há pouco mais de 10 anos. Não conheci outra situação na Ufrgs, que não fosse a de escassez (exagerando) a que estamos submetidos. Sou atualmente chefe de Departamento. Não acho que a única receita das Universidades Públicas deva ser da União. Mas os recursos captados devem ser transparentemente utilizados para permitir um acesso universal ainda maior e jamais colocar o ônus sobre o alunado. Alguns poderão me achar conservador e ultrapassado. Sou sim, se assim forem qualificados os que defendem a Constituição e o Ensino Público Gratuito. Entendo o ensino como um dever do Estado em todos os níveis. Somente aqueles que acham que o ensino é uma mercadoria, abdicam de defendê-lo, acreditando que se trata de um gasto e não de um investimento social.

“ O selo de qualidade da Ufrgs foi construído ao longo do tempo com muita seriedade e competência ”



César A. Leal - representante docente no Consun

Carlos Schmidt - professor de Economia e membro do Consun

Cursos pagos na Ufrgs

O Conselho Universitário aprovou normas para gestão de recursos financeiros vinculados à Pós-Graduação. Oh céus! É o fim do ensino gratuito, é a “privatização por dentro”!

Calma companheiro, não é nada disso. Cursos de especialização e de extensão, geralmente pagos, existem há décadas na Ufrgs. O que não havia eram normas claras como as que acabam de ser aprovadas. Sei que vivemos um tempo em que a discussão sobre cobranças de cursos, remuneração de professores por atividades em cursos desta natureza e prestação de serviços tem ocorrido, às vezes, de forma acalorada.

Sou professor na Ufrgs há cerca de 24 anos e chefe de departamento (pequeno, só sete professores) há quatro. Nos primeiros 20, vivi uma eterna “penúria”; se quebrava uma fechadura, as alternativas eram ou esperar alguns meses até que chegasse alguma verba ou pagar do próprio bolso. É claro que se

pagava do próprio bolso. Há quatro anos passamos a oferecer alguns cursos pagos (extensão, especialização) e a realizar trabalhos de consultoria. Em consequência, a nossa realidade mudou bastante. Com os recursos gerados por estas atividades, compramos aparelhos eletrônicos para um dos anfiteatros e transformamos parte do departamento em uma sala de aula moderna, com TV, videocassete, ar-condicionado, etc. Temos três “datashows”, reformamos o piso de todo o departamento, modernizamos a rede de comunicação, e o impacto, principalmente na graduação, é notório. Não ficamos ricos. Com certeza, não. Mas, agora, temos algum recurso em caixa que nos permite realizar coisas impossíveis no passado. Sou pragmático, vejo que a mudança foi para melhor e sei que não estou sozinho, tenho muitos relatos semelhantes de outros departamentos.

Ainda que não pretenda aprofundar

a discussão sobre cursos pagos na Universidade Federal, pois não caberia neste artigo, eu gostaria de apresentar alguns pontos a favor do oferecimento de tais cursos. As eleições foram ganhas pelo PT com uma plataforma que, com justiça, pretende mudar o quadro de miséria e desigualdade social que temos no país. Vivemos numa crise onde as demandas são muito maiores do que a capacidade do governo para atendê-las. Se pressionado entre atender as demandas dos professores universitários por melhores salários e mais verbas para a universidade; e diminuir as filas dos hospitais, reduzir as valas de esgoto a céu aberto e melhorar a moradia popular para eliminar os barracos onde se passa fome – a quem o governo dará prioridade? Cada real investido nas

“Passamos a oferecer alguns cursos pagos e a realizar consultoria. Em consequência, a nossa realidade mudou”

universidades é um real a menos para os programas sociais. Não temos ilusões.

Os cursos de especialização e aperfeiçoamento têm

surgido como resposta à forte demanda de profissionais que buscam atualização e aprimoramento, junto a Ufrgs, a qual dispõe de um quadro de professores de alto gabarito e tem obrigação de contribuir para atender a esta demanda. Estes cursos ocorrem geralmente à noite e aos finais de semana, portanto, nada mais justo do que os professores serem remunerados. Cabe lembrar que as regras hoje existentes na Ufrgs estabelecem que estas horas remuneradas não podem ser computadas dentro do plano de trabalho/GED. Previstas de acordo com os diferentes regimes de trabalho, elas só se realizam como atividades a mais e sem prejuízo para as contratuais.

Oferecer capacitação qualificada à comunidade a qual pertencemos e que nos sustenta, além de buscar recursos adicionais para manter e melhorar aquilo que é um bem público é, no meu entender, nossa responsabilidade social.

Regulamentar é preciso

Na percepção de Adam Smith, quanto mais livres estivessem os indivíduos para satisfazer seus interesses, melhor funcionariam a economia e a sociedade. Esta visão correspondia ao momento histórico do capitalismo nascente e se tornou ingênua e inadequada quando o sistema foi se tornando mais complexo. A partir daí, o processo de regulação e regulamentação, pelo Estado, das atividades humanas para garantir uma vida civilizada não cessou de crescer e de se sofisticar, até que a vaga neoliberal se propôs, a partir dos anos 80, voltar às origens.

As consequências econômicas e sociais do neoliberalismo são conhecidas e colocam em questão seus métodos. Hoje cresce e se afirma a consciência de que o “espírito animal” do ser humano deve ser balizado por regras.

A vaga neoliberal que varre o Brasil a partir dos anos 90 atingiu a universidade e, entre outras

transformações, desenvolveu os cursos de pós-graduação pagos. Esta tendência foi estimulada ao arremesso da lei pelo governo FHC e muitos navegaram satisfeitos nesta onda.

Em nossa universidade, até mestrados acadêmicos cobravam gordas taxas, o que foi barrado por ações judiciais, denúncias dos sindicatos e diretórios estudantis, bem como pela resistência de muitos docentes que participavam dos colegiados universitários.

Naquela ocasião, a Adufrgs, em assembléia geral, estabeleceu uma derradeira trincheira para limitar o avanço da privatização branca da universidade, e exigia a gratuidade nos cursos de pós-graduação que conferiam grau acadêmico, assim como o acesso universal de alunos. Esta luta era articulada pela entidade e conselheiros do Consun, identificados com a mesma.

A reação acima referida, presente em várias universidades brasileiras,

provocou um parecer do CFE (0364/2002) que coibiu as práticas de cobrança nos cursos de pós-graduação que conferem grau acadêmico e abriu espaço para que se regulamentassem as atividades de pós-graduação lato sensu.

A posição histórica do movimento docente é de gratuidade total no ensino, mas na atual correlação de forças se considera um avanço os limites impostos e a regulamentação das atividades extraordinárias.

No nosso entender o limite de carga horária que cada docente ou servidor pode consagrar a estas atividades é garantia de que não se desviarão de suas atividades regulares. Além disso, a taxa da captação de recursos garante que estes não beneficiem só alguns setores, mas ajudem o desenvolvimento

harmônico da universidade.

No nosso país, o liberalismo, enquanto forma de regular a vida social, foi amplamente derrotado em

2002, assim como ficou manifesto o desejo de aprofundamento democrático em todas as instâncias da sociedade. A universidade deve estar atenta aos anseios da sociedade e buscar seu aperfeiçoamento democrático. A gratuidade, quanto mais ampla, mais corresponde à democracia.

Os sindicatos (e diretórios estudantis) são as instituições mais amplamente democráticas da comunidade universitária e no contexto atual podem e devem ultrapassar o quadro das lutas defensivas do passado.

A hora é de ampliar os espaços. Queremos eleições para dirigentes com participação igualitária dos três setores (estudantes, professores e funcionários), queremos conselhos mais representativos, queremos construir formas mais diretas de participação da comunidade universitária na gestão da universidade, inclusive de seu orçamento, etc etc. A hora é de avançar.

“A gratuidade, quanto mais ampla, mais corresponde à democracia”

PREVIDÊNCIA

Docentes buscam ação conjunta contra a proposta de reforma

Principal pauta do governo federal atualmente, a reforma da Previdência está sendo amplamente discutida pelos movimentos de trabalhadores em caráter urgente. Para debater o assunto, a Adufrgs, em conjunto com Assufrgs e a regional da Andes – SN, promoveu em 21 de fevereiro o seminário “O novo governo e a seguridade social dos trabalhadores”, lotando o auditório da Faculdade de Arquitetura da Ufrgs. A discussão apresentou dois momentos: os aspectos técnicos, das 14h às 18h, e os aspectos políticos, entre 19h e 21h. Estavam representados, além das entidades promotoras, a Fasubra, CUT, Cepers Sindicato, e o Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal - Unafisco.

Aline Adolphs

Os docentes querem elaborar uma ação conjunta contra a proposta de reforma da Previdência do governo federal. Para tanto, estão organizando debates em várias cidades do Brasil. Dia 21 de fevereiro foi a vez da Adufrgs, Assufrgs e regional da Andes-SN realizarem em Porto Alegre o seminário “O novo governo e a seguridade social dos trabalhadores”. O evento buscou esclarecer os servidores públicos sobre a reforma e defender, como propostas reforma tributária, auditoria na Previdência, arquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 9 – o PL 9, e uma Previdência pública. “A nossa expectativa, a partir de encontros como este, é de que sejamos capazes de elaborar uma ação conjunta e socializar a percepção dos riscos que pairam hoje sobre o País”, disse na abertura o presidente do Andes, Luiz Carlos Lucas.

Apresentando um estudo elaborado pelo Núcleo de Economia Política (NEP), do qual faz parte, o professor Carlos Schmidt abriu o painel sobre aspectos técnicos. Segundo ele, há dois enfoques possíveis com relação ao tema: o da economia *standart* e o da economia política. O primeiro seria a corrente de pensamento atual, que vê todos os trabalhadores de forma igualitária; o segundo foi a base para a realização do estudo, pois vê o problema da Previdência como resultado da má distribuição da riqueza e considera a assimetria entre os seres humanos.

Projeto remanescente

Enviado ao Congresso em 1999 pelo governo Fernando Henrique Cardoso, o Projeto de Lei nº 9 (PL-9) regulamenta artigos da reforma da Previdência, que permitem instituir um teto igual ao do INSS para as aposentadorias dos novos servidores. A complementação dos benefícios seria por meio dos fundos de pensão patrocinados pelo governo, tanto federal quanto estadual e municipal. As divergências quanto ao PL-9 dizem respeito justamente a essa complementação, pois os sindicalistas afirmam que as seguradoras privadas e entidades abertas são as principais interessadas na proposta, uma vez que é no serviço público que se encontra o filão privilegiado para a privatização.

Schmidt afirmou que a seguridade é uma questão de financiamento do Estado e, portanto, não diz respeito apenas aos trabalhadores. “Impostos foram criados para financiar a seguridade. Não podemos ver o problema isolado da questão tributária e fiscal. Se escaparmos dessa armadilha, podemos discutir privilégios que existem no setor público e os salários absurdos que foram obtidos através de filigranas legislativas”, incitou o professor.

No estudo do NEP, é feita uma simulação que rompe com o atual modelo brasileiro e pensa um cenário no qual a economia crescesse em torno de 5% ao longo de dez anos. “Esta taxa não é fora de propósito, porque durante 50 anos, entre 1930 e 1980, a média de crescimento foi cerca de 7% ao ano”, esclarece o professor. Partindo-se de um PIB de R\$ 1,2 bilhões, ao final de 10 anos este valor passaria para R\$ 1.954 bilhões, sendo 12% gastos com seguridade, ou seja, algo em torno de R\$ 220 bilhões. Se fosse considerado que o número de beneficiários aumentasse 3% ao ano, o valor dos benefícios dobraria e, aumentando mais as aposentadorias menores e menos as maiores, na base, poderia triplicar.

Em sua explanação, a diretora-adjunta de estudos técnicos da Unafisco, Izabel Vieira, quis demonstrar o que a reforma da Previdência pretende representar nas contas públicas da União. Segundo ela, o objetivo do governo anterior era a privatização, com a intenção de atender aos interesses do mercado. “A proposta de reforma vem do Fundo Monetário Internacional (FMI). Então, a gente sempre olha de onde vem o pacote e nem precisa desembrulha-lho totalmente pra saber o que tem dentro”, sugeriu.

Izabel apresentou um dado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que diz existirem hoje 59 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza e que, não fossem os benefícios do regime geral da Previdência, este número estaria em 72 milhões. Portanto, 18 milhões de pessoas são beneficiadas. “Dentro dessa situação, num país onde se tributa enormemente o trabalho e praticamente não se tributa o capital, é que se pretende aparentemente distribuir renda de trabalhador para trabalhador?”, questionou.



Cristina Lima

Izabel: tirando benefícios do servidor, o dinheiro irá para o pagamento da dívida

nou. Para Izabel, o que tem que vir em primeiro lugar é a reforma tributária. Há que definir primeiro o tamanho de Estado que a população quer e quem vai financiar esse Estado.

De acordo com a auditora, o ajuste fiscal está assentado, atualmente, no cumprimento dos compromissos com o mercado, que cada vez toma uma parte maior do orçamento da União. “Tem ocorrido um crescimento brutal na carga tributária brasileira nos últimos anos. Está crescendo praticamente cerca de 1% ao ano sobre o PIB e se concentrando cada vez mais no trabalho assalariado e no consumo, que, no final da contas, quem paga também é o assalariado”, afirmou. Em 1994, a carga tributária do Brasil era de 29,6% e no ano passado fechou em 35,8%. A composição é de 67% sobre o consumo, 29% sobre a renda e 4%

sobre o patrimônio.

Atualmente, metade do orçamento da União é destinada ao pagamento das dívidas. A projeção para 2003 é de 64%. “Tem-se a impressão de que tirando benefícios do servidor vai se acrescentar alguma coisa na Previdência, mas não vai. Vai para pagamento da dívida. É a quebra de contratos com o trabalhador para cumprir contratos com o mercado internacional”, explicou a auditora. “O que se está propondo é um calote no servidor. Se vão fazer ajuste fiscal para sobrar mais dinheiro, ao mesmo tempo em que está se precisando, em tese, diminuir o custo do Estado brasileiro, aumentará o custo pela privatização. Isso sugere que nessa mudança vão ser retirados todos os direitos já conquistados. É o único jeito, senão não há como fazer o pretendido, que é o ajuste das contas”.

Projeto não está bem definido

A noite foi o momento de se abordarem os aspectos políticos do debate. O presidente do Andes, Luiz Carlos Lucas, lembrou que o PL-9 é remanescente do governo Fernando Henrique e que neste momento se descortina uma proposta de alteração da Previdência ainda não bem definida, mas com uma série de indicadores. "Na realidade isso estava colocado no programa de governo do PT. Não podemos falar que está se negando aquilo que se faria, não podemos falar em traição. Estava lá, com todas as letras, que se procuraria unificar todos os regimes previdenciários, que haveria um teto para esse regime. Esse teto não estava bem claro, mas tudo indicava que seria o do regime geral da Previdência Social. A partir do teto, teríamos a Previdência complementar", esclareceu Lucas.

Para o presidente do Andes, há dois tipos possíveis de Previdência complementar em que o governo poderia pensar: entidades abertamente empresariais com fins lucrativos, como há em diversos países pelo mundo; e Previdência complementar fechada, sob a forma de fundos de pensão. "Isso não resolve o nosso problema, porque esses fundos de pensão são entidades privadas que se conduzem com critérios de rentabilidade privada e podem falir, deixando seus segurados à mercê não se sabe bem de quê", declarou.

O Andes obteve recentemente uma audiência com o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini. Lucas relatou que, no entanto, a conversa não diminuiu as preocupações do sindicato. Discutiu-se o déficit das contas previdenciárias e, segundo o sindicalista, o ministro concordou que esse déficit não existe, que é manipulado. "O problema é que a mídia vem debatendo isso há muito tempo em uma campanha insidiosa, longa, desde antes do governo Fernando Henrique ter dado seus primeiros passos nesse sentido", concluiu.

Assessor jurídico da Adurfgs e Assufgrs, Rogério Coelho esclareceu a respeito das questões legais que norteiam a seguridade social e a aposentadoria. Ele explicou que os benefícios previdenciários são tratados na emenda 20 da Constituição. Esta emenda mexeu no artigo 40, impondo certas alterações. A emenda diz que nem todo o servidor público tem direito a um regime de Previdência pública. Já a norma original do artigo 40 garantia aposentadoria integral para os servidores públicos, independente do regime que tivessem. Além disso, ficou restrito o direito não mais a uma aposentadoria integral, mas a um regime de Previdência, apenas para os servidores de cargos efetivos da União, Estados e Municípios.

"Houve uma outra alteração que passou despercebida", disse o assessor jurídico: "havia uma garantia de aposentadoria integral, o chamado 'Princípio da Integralidade dos Proventos de Aposentadoria'. Após a alteração a redação ficou a seguinte: 'Os proventos de aposentadoria por ocasião da sua concessão serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der

a aposentadoria e na forma da lei corresponderão à totalidade da remuneração". Segundo Viola esse "na forma da lei" remete para a legislação ordinária dizer como será calculada a aposentadoria.

O palestrante ainda apresentou índices da Espanha, que mostram a impactante diferença entre os dois países. Na Espanha existe uma idade para aposentadoria, 65 anos, mas é possível a aposentadoria proporcional aos 60. O regime é unificado para trabalhadores privados e públicos e há um teto, na ordem de US\$ 1.800, porém a média das aposentadorias é de US\$ 800, enquanto as menores vão a US\$ 400. O seguro-desemprego cobre dois anos e quem não consegue entrar no mercado de trabalho tem direito a US\$ 200 dólares por mês como benefício. E o que mais chama a atenção é que a contribuição do servidor público espanhol para aposentadoria é de apenas 5% e do Estado, 22%, enquanto que, no Brasil, o Estado entra com a mesma proporção, mas o servidor paga 11%.

Objetivo era a privatização total

Diretor do Andes, Mário Alves tomou como base exemplos de aplicação das reformas na área previdenciária em toda a América Latina e constatou que além de não conseguir uma melhoria nas contas do Estado, ainda houve uma diminuição dos benefícios previdenciários. "Temos o exemplo do Chile, que foi o pioneiro, em 1981 e só agora, a partir de 22 anos, é que o país conseguiu um equilíbrio graças à diminuição dos benefícios sociais dos trabalhadores".

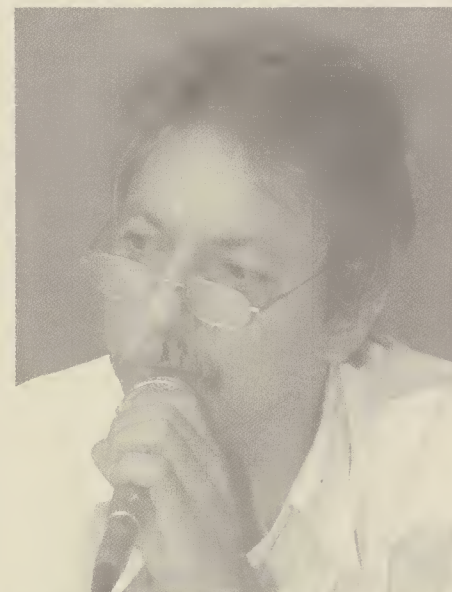
No governo Fernando Henrique, o objetivo da reforma era a privatização total, como fez o Chile, mas o governo não conseguiu o que pretendia, pois o Brasil

contava com a organização forte de servidores públicos que lutaram contra essas reformas. Além disso, a situação fiscal do país não permitia uma privatização total, porque segundo Alves, isso consumiria nos próximos 40 anos R\$ 2 trilhões aos cofres brasileiros.

Dessa forma, o modelo adotado foi o chileno, com algumas alterações, que seriam o estabelecimento de um teto de três a cinco salários mínimos, e a privatização do que excedesse essa quota. Para chegar ao teto, o governo aumentou a idade limite de aposentadoria dos servidores públicos, mas não conseguiu aumentar a dos trabalhadores da iniciativa

privada. Então, implementou o fator previdenciário, que faz com que o trabalhador fique mais tempo na ativa.

Desde agosto o Andes tem promovido debates pelo País contra a criação de qualquer tipo de previdência complementar. O sindicato pretende unir entidades para uma ação efetiva de protesto à proposta de reforma do governo. A questão também acabou gerando, durante o 3º Fórum Social Mundial, o Movimento em Defesa da Previdência Pública, formado por entidades sindicais federais, estaduais e municipais, que também já está realizando reuniões para discussão e mobilização.



Mário Alves - diretor do Andes

AMÉRICA LATINA

Os desafios do pós-neoliberalismo

LE MONDE
diplomatiqueAD
VERSO

Emir Sader*

O ano de 2003 promete ser tão importante quanto aquele – já aparentemente longínquo – 1973 para a esquerda latino-americana.

Há trinta anos se fechava um período de avanços, que desembocava em derrotas: das guerrilhas rurais às guerrilhas urbanas, da morte do Che ao golpe no Chile. Neste ano, ao contrário, há a promessa da abertura de um novo período histórico, com os triunfos de Lula, no Brasil, e de Lucio Gutierrez, no Equador, e com a resistência de Hugo Chávez frente às tentativas de desestabilização da oposição venezuelana. Já as próximas eleições presidenciais, em abril e maio, na Argentina e em 2004, no Uruguai, serão capitais para os projetos de integração latino-americanas.

A América Latina paga hoje um preço alto por ter sido o laboratório privilegiado das experiências neoliberais. A forte ressaca da farra financeira que acompanhou esses experimentos tornou-a uma das regiões mais instáveis do mundo em termos econômicos, sociais e políticos. Se, em 1980, 120 milhões de pessoas viviam abaixo da linha da pobreza, em 2001, eles passaram a ser 214 milhões (43% da população) e 92,8 milhões de latino-americanos conhecem os horrores da indigência (18,6% da população).

O significado deste ano que está começando vem de que: - se desenhará o significado do governo de Lula, o primeiro que assume como objetivo a saída do neoliberalismo; - haverá eleição presidencial na Argentina, que definirá se o Brasil terá um parceiro na política de reconstrução do Mercosul, de resistência à Alca e de uma moeda comum da região, ou se triunfará a alternativa da dolarização, que favorecerá a Alca e a hegemonia norte-americana, estreitando muito as possibilidades do novo governo brasileiro; - ele permitirá estimar a margem de manobra do governo de Lucio Gutierrez no Equador, com outro governo que se opõe ao neoliberalismo, porém já imerso no difícil marco da dolarização; - a crise venezuelana deverá desembocar em um horizonte de solução, de qualquer ordem que ela seja.

Possibilidades novas de intervenção

Isto já bastaria para dizermos que a fisionomia do continente será diferente ao final deste ano, com a esquerda voltando a protagonizar suas grandes alternativas. Estará avançada a definição das possibilidades de os novos governos brasileiro, equatoriano e eventualmente argentino, lograrem caminhar na direção de uma era pós-neoliberal na América Latina ou se serão vítimas seja do fracasso – atacados pelos capitais especulativos e pela dolarização –, seja da cooptação, favorecendo a continuidade em lugar da ruptura com as políticas neoliberais.

A diferença essencial do novo período em relação ao anterior não reside apenas no enfraquecimento da hegemonia neoliberal – mesmo com todas as armadilhas deixadas para os governos que pretendem superá-la –, mas também a passagem de pelo menos uma década em que a história do continente pareceu congelada nos estreitos marcos econômico-financeiros delimitados pelo neoliberalismo, para um outro período, aberto. Um período em que os espaços de alternativa estão abertos, representando para o movimento popular e as mobilizações de massas possibilidades novas de intervenção, com governos que podem ser expressão e interlocutores de suas reivindicações e que, por sua vez, terão seu significado condicionado pela própria ação das forças sociais, políticas e culturais que a esquerda latino-americana acumulou

nas décadas de resistência ao neoliberalismo.

O movimento inovador da Venezuela

Um elemento novo é que se passou da fase em que esta resistência se limitava ao plano social, sem que lograsse expressar-se no plano político nacional. A chegada de Evo Morales ao segundo turno na eleição presidencial boliviana, apoiado nos movimentos camponeses e em outras forças populares, revelou como esse potencial abria espaço também no plano institucional. A vitória de Lucio Gutierrez no Equador representa um desenlace eleitoral vitorioso de um bloco de forças sociais que haviam protagonizado a resistência aos governos neoliberais e que se constituíram como força político-eleitoral.

Um mapa da esquerda latino-americana no novo século é escrito pelo conjunto de movimentos de resistência ao neoliberalismo – o fenômeno maior contra o qual se construíram as mobilizações e as forças populares no continente. Cuba resistiu, ainda que com adequações de sua política econômica, mantendo-se à margem do Consenso de Washington.

A Venezuela não chegou a completar a implementação de políticas neoliberais, com o fracasso dos governos de Carlos Andrés Perez e de Rafael Caldera, para eleger finalmente o primeiro presidente latino-americano a

proclamar-se contra o neoliberalismo, no bojo de um movimento de massas inovador, de profunda base popular, ainda que com pouca experiência política e organizativa.

Transição ao pós-neoliberalismo

A crise venezuelana é bastante expressiva do hiato entre o ritmo de esgotamento dos projetos neoliberais e o ritmo de construção de novas alternativas. A vitória de Hugo Chávez – com o tom “bonapartista” assumido por seu governo – preenche esse vazio provisoriamente, enquanto um novo movimento popular começa a se desenhar no país, fortalecido pelas políticas sociais do governo. A corrida é entre o ritmo de crise do governo, de



articulação de propostas da oposição e o da formação de um novo movimento popular. Dessa corrida a três bandas depende o desenrolar da crise venezuelana.

Isso se passa de outra maneira na Argentina, onde o hiato parece maior ainda entre o esgotamento do modelo hegemônico que esteve vigente por duas décadas – até a efêmera alternativa da “terceira via” de Fernando de la Rúa – e o ritmo de construção de alternativas, pela profundidade da crise social e das elites tradicionais. A Venezuela e a Argentina representam um paradigma, ainda que diferenciado, da crise hegemônica atual, com as dores do parto doloroso do surgimento de uma nova esquerda, cuja fisionomia é ainda embrionária no primeiro caso e não se desenha ainda no segundo.

O Brasil e o Equador representam um paradigma diferente, por ter combinado, até aqui, ainda que por vias diferentes, elementos objetivos da crise com fatores subjetivos. O Brasil tornou-se o elo mais fraco da cadeia de dominação no continente, ao reconstruir uma esquerda social e política, que foi contemporânea à construção do modelo neoliberal e resistiu a ele, chegando ao governo com um projeto político de transição gradual ao pós-neoliberalismo, diante de fortes tensões e riscos. Com uma composição governamental complexa, só o funcionamento concreto desta esquerda poderá definir seu verdadeiro perfil.

A pesada herança de FHC

(...) Uma das armadilhas mais graves herdadas pelo governo Lula é a assunção da estabilidade monetária como uma conquista – assumida pela opinião pública e pela própria candidatura Lula –, mas ao mesmo tempo a fragilidade dessa estabilidade, que supõe atração de capitais para cobrir os déficits na balança de pagamentos – o déficit público se multiplicou por dez durante o plano de estabilidade monetária de Cardoso – por meio de elevadas taxas de juros. Assim, a reativação econômica – chave do projeto de Lula e da aliança do capital produtivo – requer desatar o nó financeiro, em condições muito desfavoráveis, porque a desvalorização da moeda – cerca de 25% em 2002 – produziu uma retomada da inflação – de 25% em um ano –, com o que significa de demandas salariais e de necessidade de controle maior ainda dos gastos públicos, com pressões para a manutenção da taxa de juros nos altos patamares atuais – 25% ao ano.

A reconstrução do Mercosul

O governo Lula, portanto, começa sob forte tensão entre os setores que induzem as demandas do mercado financeiro de estabilidade monetária – que requerem manutenção das altas taxas de juros – e as prioridades sociais, que supõem a retomada do desenvolvimento econômico, com redistribuição de renda, que por sua vez necessita uma baixa significativa da taxa de juros. A composição inicial do governo Lula busca garantir a confiança do mercado financeiro, acreditando que num primeiro momento será necessária uma estratégia de transição, de saída cautelosa do modelo vigente, compatível com a mobilização de recursos para as prioridades sociais do governo, fazendo prever um primeiro ano muito difícil – até porque o governo trabalha com o orçamento mais apertado da última década, legado pelo governo de Cardoso. Lula conta com uma expectativa muito positiva e com uma delegação eleitoral que lhe possibilita administrar durante um tempo as tensões. Resta saber se esse tempo será suficiente para desarmar o nó financeiro e instaurar o círculo virtuoso da reativação econômica prevista no seu programa, completando o passo da transição para um modelo pós-neoliberal.

Certamente o lado mais inovador e audaz do governo Lula será o da sua política internacional, com repercussões para o conjunto da região. Concentram-se nas relações internacionais quadros com uma clara percepção da hegemonia norte-americana no mundo e em particular na região, com todas

suas conseqüências. A disputa em torno da Alca e do projeto político de reconstrução do Mercosul será a primeira grande parada internacional a ser enfrentada pelo governo Lula, provavelmente adiando os prazos da Alca, conforme conveniências também dos EUA, o que pode permitir que se coloque em prática a estratégia brasileira para a América do Sul. Mas os Estados Unidos já advertem, através de seu secretário de comércio Robert Zoellick: “Se não aderir à futura zona de livre-comércio, restará ao Brasil fazer comércio com a Antártica”.

Parlamento supranacional e moeda comum

(...) De certa forma pode-se dizer que a chave do futuro imediato da América do Sul reside na eleição presidencial argentina de abril/maio deste ano (28 de abril, o primeiro turno, 18 de maio, o segundo). Como dissemos, ela pode levar à presidência um parceiro de Lula na reconstrução, aprofundamento e ampliação do Mercosul, que inclui um Parlamento supranacional e a criação de uma moeda comum. Nesse caso, para os demais países da região se acenaria um horizonte mais favorável para enfrentar suas crises, a começar pelo Equador, que poderia ter a possibilidade de saída da dolarização para uma moeda regional. O Uruguai terá eleições gerais em 2004, com o favoritismo da Frente Ampla, desta vez para triunfar não apenas no primeiro, mas também no segundo turno, elegendo mais um presidente regional identificado com o projeto de fortalecimento da integração regional. Pode-se esperar que repercussões positivas ocorram também na Venezuela – com a revitalização do governo de Chávez –, no Paraguai – com novas eleições presidenciais – e mesmo em países em crise aberta, como o Peru e a Bolívia.

Alternativas e desafios de 2003




Na Argentina, a candidata de centro-esquerda Elisa Carrió é quem melhor se identifica com a proposta brasileira, ocupando o espaço da esquerda, dado que o outro candidato com boa cotação nas pesquisas – Ruben Zamora – se nega a apresentar sua candidatura, alegando que deveria haver eleições gerais, e não apenas para presidente. Esta posição pode favorecer a vitória de Menem ou provocar uma polarização contra Menem, que pode ser protagonizada por algum outro dos candidatos preliminares dentro do peronismo, que podem aliar-se a Lula ou então representar uma forma intermediária de acesso à dolarização.

Em uma Argentina em pleno abstencionismo, o voto nulo e outras formas de protesto que podem comprometer a concentração de votos em candidatos do campo da esquerda – isto é, das forças antineoliberais – podem fazer a região perder a oportunidade de dar uma virada e assumir as rédeas do seu destino, contribuindo, ao mesmo tempo, para a democratização das relações internacionais através da multipolaridade e para o fortalecimento do Mercosul.

Caso triunfe Carlos Menem – que promete abertamente a dolarização imediata da economia Argentina –, se estreitarão grandemente as margens de manobra internacional do governo Lula, o Equador será condenado à dolarização, Chávez não encontrará um marco de alianças regionais que o apóie, o Mercosul será definitivamente sepultado e a Alca se imporá em prazos relativamente curtos – e, com ela, a hegemonia norte-americana sobre o continente.

É assim que o ano de 2003 definirá em grande parte os destinos do neoliberalismo e do pós-neoliberalismo na América Latina e, com isso, acenará com alternativas ou com mais desesperança para outras regiões do mundo que igualmente se debatem para sair de um modelo envelhecido, injusto e concentrador de renda e de poder.

* Professor na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). (este artigo está publicado na íntegra na página da Adufrgs – www.adufrgs.org.br)

| PRESTAÇÃO DE CONTAS | | |
|---|---|---|
|  | | ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64 |
| BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 | | |
| ATIVO | | 1.994.121,71 |
| FINANCEIRO | | 1.745.434,81 |
| DISPONÍVEL | | 262.820,03 |
| CAIXA | | 616,79 |
| BANCOS | | 19.701,11 |
| APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA | | 242.502,13 |
| REALIZÁVEL | | 1.482.614,78 |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CURTO PRAZO | | 1.477.659,78 |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS | | 1.477.659,78 |
| CRÉDITOS A REALIZAR | | 4.955,00 |
| ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS | | 3.630,89 |
| ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES | | 842,00 |
| OUTROS CRÉDITOS | | 125,01 |
| DESP. DE EXERC. SEGUINTE PAGAS ANTECIP. | | 357,30 |
| ATIVO PERMANENTE | | 248.686,90 |
| IMOBILIZADO | | 243.344,90 |
| BENS MÓVEIS | | 77.484,86 |
| BENS IMÓVEIS | | 248.811,89 |
| (-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS | | (82.951,85) |
| DIFERIDO | | 5.342,00 |
| SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS | | 9.469,78 |
| (-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS | | (4.127,78) |
| PASSIVO | | 1.994.121,71 |
| PASSIVO FINANCEIRO | | 19.180,10 |
| OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS | | 2.939,11 |
| OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS | | 1.160,50 |
| CREDORES DIVERSOS | | 1.778,61 |
| OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS | | 16.240,99 |
| PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL | | 16.240,99 |
| SALDO PATRIMONIAL | | 1.974.941,61 |
| ATIVO LÍQUIDO REAL | | 1.889.619,86 |
| SUPERAVIT ACUMULADO NO EXERCÍCIO | | 85.321,75 |
| | | |
|  | | ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64 |
| BALANÇO DE RESULTADOS ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 | | |
| RECEITAS | | 1.239.993,21 |
| RECEITAS CORRENTES | | 959.942,41 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | | 959.942,41 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | | 242.785,54 |
| RECEITAS FINANCEIRAS | | 242.727,48 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS | | 58,06 |
| RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS | | 29.207,59 |
| PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS | | 29.207,59 |
| OUTRAS RECEITAS | | 8.057,67 |
| RECUPERAÇÃO DE DESPESAS | | 5.112,93 |
| OUTRAS RECEITAS | | 2.944,74 |
| DESPESAS | | 1.154.671,46 |
| DESPESAS CORRENTES | | 1.154.671,46 |
| DESPESAS COM CUSTEIO | | 441.099,10 |
| DESPESAS COM PESSOAL | | 154.096,84 |
| DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS | | 161.343,13 |
| DESPESAS DE EXPEDIENTE | | 86.132,33 |
| DESPESAS C/IMPOSTOS/TAXAS/ÔNUS DIVERSOS | | 7.681,37 |
| DESPESAS LEGAIS | | 1.703,88 |
| DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO | | 8.443,95 |
| DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES | | 15.257,31 |
| DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO | | 5.969,07 |
| ENCARGOS FINANCEIROS | | 471,22 |
| DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS | | 456.522,73 |
| DESPESAS COM VEICULAÇÃO | | 20.561,00 |
| DESPESAS COM VIAGENS | | 137.768,50 |
| DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS | | 11.681,46 |
| DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA | | 49.949,10 |
| DESPESAS COM PUBLICAÇÕES | | 202.114,72 |
| DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS | | 34.447,95 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | 257.049,63 |
| CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES | | 209.843,46 |
| CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT | | 47.206,17 |
| DÉFICIT DO EXERCÍCIO | | 85.321,75 |
| | | |
|  | | ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64 |
| BALANÇO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 | | |
| DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT ACUMULADO | | |
| SALDO DO SUPERÁVIT ACUMULADO EM 31.12.2001 | = | 1.280.669,46 |
| SUPERÁVIT TRANSF. PARA SALDO PATRIMONIAL | - | 1.280.669,46 |
| SUPERAVIT APURADO NO EXERCÍCIO | | 85.321,75 |
| SALDO FINAL DO SUPERÁVIT ACUMULADO | = | 85.321,75 |
| Porto Alegre, 31 de dezembro de 2002. | | |
| NINO H. FERREIRA DA SILVA Contador - CRC-RS 14.418 CPF-MF 097.046.550-53 | EDSON LUIZ LINDNER Tesoureiro CPF-MF 298.592.630-00 | RUBENS C. V. WEYNE Presidente CPF-MF 296.276.300-63 |

Paulo Fagundes Vizentini - professor de História Contemporânea do IFCH

O Iraque, a ONU e a "guerra ao terrorismo"



Francisca Braga

A pesar da falta de apoio qualificado de aliados importantes, os Estados Unidos prosseguem em seus preparativos para o desencadeamento da guerra contra o Iraque. O discurso do Secretário de Estado Collin Powell no Conselho de Segurança das Nações Unidas procurou criar um clima de legitimação para a ação norte-americana, mas os membros permanentes deste órgão mantiveram sua atitude de cautela, com exceção da Inglaterra, que apóia ativamente a administração Bush. Saddam Hussein, por sua vez, percebe que a determinação americana revela um caminho sem volta e que seus dias estão contados, pois carece de meios para enfrentar os EUA e a população iraquiana está fatigada pela guerra e pela falta de perspectivas do regime.

A diplomacia americana pós-11 de setembro

A Administração Republicana de George W. Bush iniciou sob o signo da confrontação com o chamado "eixo do mal" e do unilateralismo em relação aos aliados e às organizações internacionais. O duplo atentado de 11 de setembro, um episódio ainda obscuro, serviu de catalisador e legitimador à agenda anteriormente anunciada pelo novo governo no plano internacional. A guerra ao terrorismo tem servido, igualmente, para resgatar a confiança interna da população, mas ao custo da implantação de um macartismo de novo tipo, que vem sufocando a cultura democrática. Segundo o famoso escritor inglês John Le Carré, "o público nos EUA não está sendo só enganado. Está sendo ameaçado e mantido num estado de medo e ignorância permanente".

Paralelamente Washington tenta reafirmar-se internacionalmente, mostrando que seu poder não foi corroído e que o mundo continua sendo o mesmo de antes dos atentados. Depois do golpe sofrido, é necessário reafirmar o poder e relançar a hegemonia americana de forma explícita, diferentemente da sutileza empregada por Clinton, através das organizações internacionais. Mas a França e a Alemanha, respectivamente potências diplomático-nuclear e econômico-financeira que são o núcleo duro da União Européia, um ano depois dos atentados, parecem não mais acatar integralmente a estratégia americana.

O apoio da Inglaterra e dos países mediterrâneos e europeus orientais não chegam a compensar a ausência de seus velhos aliados de peso na guerra anterior contra o Iraque. Da mesma forma, os aliados árabes da Casa Branca temem por sua legitimidade e estabilidade. A reeleição de Ariel Sharon em Israel sinaliza um agravamento do conflito com os palestinos e uma

guerra contra o Iraque aprofundaria ainda mais o abismo entre os dirigentes árabes e suas populações, um cenário que parece não preocupar Washington. Apenas as minúsculas petromonarquias do Kuwait, Bahrein e Qatar apóiam os EUA de forma irrestrita, mesmo assim após muita pressão.

A ONU e a comunidade internacional

A pressão sobre os aliados europeus e árabes representa, mais do que a simples busca de legitimidade diplomática para o desencadeamento da guerra, a necessidade de obter apoio financeiro para o conflito, devido à necessidade de ocupar e reconstruir a infra-estrutura e o Estado iraquianos. Vale lembrar que na segunda Guerra do Golfo (a primeira foi a Irã x Iraque) os EUA contribuíram com três quartos dos meios militares e bem menos da metade dos recursos financeiros. Em meio a dificuldades econômicas, os aliados da Guerra anterior buscam desengajar-se do conflito.

Da mesma forma, Rússia, China e França, membros permanentes do Conselho de Segurança (CS) da ONU, parecem contrariados com a forma pela qual a superpotência americana vem tratando os assuntos internacionais, sendo os dois primeiros, indiretamente, ameaçados pela guerra ao terrorismo. Por outro lado, vigorosos movimentos pacifistas espalham-se pelo mundo, inclusive nos EUA. Já a Inglaterra, que entre as duas guerras mundiais transferiu a seus descendentes do outro lado do Atlântico a hegemonia do sistema mundial anglo-saxão (por falta de meios), mantém sua presença como potência apenas como aliada subordinada de Washington, sempre contra o continente europeu.

Quanto ao discurso de Powell, impressionou apenas os leigos, mas não os especialistas e diplomatas, e tampouco alterou a posição dos membros do CS que possuem opinião própria. Na verdade, os EUA não necessitam do endosso da ONU, pois a guerra do Kosovo e a operação Raposa do Deserto (guerra aérea contra o Iraque em fins de 1998) foram feitas sem uma autorização da organização. A ONU entraria em cena depois, para resolver os problemas decorrentes do conflito, como refugiados e forças de ocupação, arcando com os custos de uma ação feita à sua revelia. Para os EUA também é importante demonstrar que nem mesmo a ONU pode estabelecer regras para seu acerto de contas com o "terrorismo" e o "eixo do mal". Mas nem mesmo na OTAN a Casa Branca logrou unanimidade, com o virtual veto da França, Alemanha e Bélgica, criando uma inédita fratura na Aliança Atlântica.

A agonia do regime iraquiano

Entre 1991 e 2001 houve uma estranha e sutil cumplicidade entre Bagdá e Washington, pois o embargo permitiu a Saddam manter o seu poder. O regime iraquiano jogou com os inspetores da ONU, pois esta era sua única maneira de fazer política externa. Depois iniciou um processo de normalização diplomática com os europeus, os vizinhos árabes, a Rússia e a China (inclusive assinando acordos petrolíferos com eles). Mas as coisas mudaram depois do 11 de setembro. Fatores geopolíticos e econômico-estratégicos, como o controle da região e do petróleo (preservando-o para o futuro e dele privando potências em desenvolvimento como a China, em meio à emergência de uma nova matriz energética), foram decisivos, além de representar uma oportunidade de propiciar uma demonstração de força e a construção de uma nova geração de armamentos.

Sentido que a hora da verdade chegou, e sem meios para resistir, Saddam teve medo e fez todas as concessões solicitadas, numa desesperada tentativa de sobreviver. Ganhando a simpatia de algumas potências, mas sem demover os EUA de seu intento, ele recuou suas forças para as cidades, como meio de evitar uma deserção em massa e utilizar a população como escudo humano. A máquina militar americana terá, então, que invadir os centros urbanos, sofrendo baixas e causando um elevadíssimo número de mortes entre a população, que teria um custo político-diplomático excessivamente alto. Tudo isto para evitar o ataque que, uma vez desencadeado, produzirá o colapso do cambaleante regime iraquiano, ou seja, o resultado do conflito será determinado antes do seu desencadeamento, no plano diplomático.

Como Saddam, muito provavelmente, não possui armas de destruição massiva, ou ao menos os meios logísticos para empregá-las, os EUA estão dispostos a atacar (o que não fazem com a Coreia do Norte, que os possui). Um regime violento desaparecerá, mas através de uma forma diplomaticamente preocupante, e a vitória gerará ainda mais instabilidade e constituirá, certamente, o caminho para outras guerras, sendo o próximo alvo o Irã, como já foi insinuado. Como as Guerras Mundiais demonstraram, é fácil abrir o caminho para um ciclo de conflitos; o difícil é desengajar-se dele e construir um cenário mundial estável e seguro.

* Coordenador do Núcleo de Relações Internacionais do ILEA/UFRGS. Autor de Oriente Médio e Afeganistão: um século de conflitos. (Ed. Leitura XXI, 2002).



“Venha escutar uma história: Había una vez...”

A oficina “Venha escutar uma história: Había una vez...” foi realizada pelos alunos do Instituto de Letras da Ufrgs, do setor de Espanhol, sob a coordenação da Profª Graciela M. Reyna Quijano, com apoio da Fapergs. Destinada a crianças entre 6 e 11 anos, a atividade fez parte da programação do II forumZINHO Social Mundial, que aconteceu nos dias 23 a 28 de janeiro, no Colégio Júlio de Castilhos e contou com a presença de 21 crianças de ambos os sexos.

Participaram, comoicineiros, seis alunos de forma voluntária – Anderson Velloso, Débora Lazzari, Alexandre Velloso, Luana Diehl, Camila Vellinho e Caroline Oliveira –, um bolsista de Iniciação Científica Fapergs – Juliana Velho – e um bolsista da Pró-Reitoria de Extensão da Ufrgs – Cristina Anicet –, todos do curso de graduação em Letras, da Ufrgs. Os alunos fazem parte do Projeto de Extensão “O Conto no Assentamento Filhos de Sepé”, no município de Viamão – que atua há quatro anos neste Assentamento realizando atividades com as crianças, filhos dos assentados – e também do Projeto de Pesquisa Ufrgs/Fapergs “O Ensino-Aprendizagem de Espanhol no Ensino Fundamental em Zona Rural”, iniciado em 2002 e ainda em vigência. O grupo contou, também, com a participação da professora de Artes Cênicas, Nair D’Agostini, que contribuiu na inclusão de técnicas teatrais na preparação da oficina.

A proposta da oficina “Venha escutar uma história: Había una vez...” foi de proporcionar as crianças o contato com a língua espanhola através da literatura infanto-juvenil. A oficina teve como eixo central o conto “La vuelta al mundo”, do argentino Javier Villafañe, entremeado com música, poesia e a participação ativa da platéia ouvinte. A atividade se deu de forma lúdica e prazerosa, estimulando a criatividade e a imaginação.

A seleção do conto “La vuelta al mundo” responde a propostas essenciais do



Fabricia Osanai

III Fórum Social Mundial. Assim, o efeito de sentido implícito no texto literário dá ênfase ao respeito à diversidade e dá exemplo de inclusão social. Santiago – o protagonista do conto – saiu de casa em seu triciclo para dar “la vuelta al mundo” e, à medida que ele avança no seu percurso, grupos de animais, em toda a sua diversidade de espécies e tamanho, iam sendo integrados nessa viagem da fantasia. A partir do conto, se realizam diversas atividades como: trabalho corporal para desinibição, imitação dos animais que aparecem na história, brincadeiras com os nomes dos animais repetindo sons próprios da língua espanhola. A atividade foi desenvolvida em Espanhol – sem tradução explícita – mas sempre in-

duzindo à descoberta do sentido da narrativa mediante figuras, gestos ou modelos contextualizados.

O II forumZINHO Social Mundial foi criado com o intuito de congrega crianças do mundo inteiro com sua diversidade lingüística e cultural, e para tal apresenta a possibilidade de um espaço importante para a língua estrangeira como um instrumento de acesso ao mundo e de inclusão do indivíduo na sociedade.

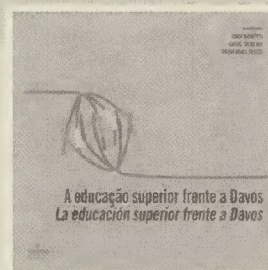
As crianças são como todos os seres humanos, sujeitos sociais e históricos, que marcam o meio social em que estão inseridas, assim como são marcadas por ele. Justamente por isso são convidadas a discutirem seu presente e desenhar seu futuro neste outro mundo possível.

A educação superior frente a Davos

Organizado por Jorge Brovetto, Miguel Rojas Mix e Wrana Panizzi, A Educação Superior frente a Davos traz artigos de Darío Villanueva, Fernando Lema, Gabriel Macaya, Ginés María Salido Ruiz, Hélgio Trindade, Hugo Oscar Juri, Jorge Brovetto, Jorge H. González, José Barata-Moura, José María Martín, Delgado, José Trinidad Padilla López, Juan Carlos Gottifredi, Juan Carlos Rodríguez Ibarra, Luis Lima, Marcelo Bernal, Marco Antônio Rodrigues Dias, Miguel Rojas Mix, Olívio Dutra, Óscar Schuberoff, Rodrigo Borja, Ubaldo Zúñiga Quintanilla, Wrana Maria Panizzi e Wrana Maria Panizzi sobre o tema. Para a reitora da Ufrgs, Wrana Panizzi, no artigo de apresentação da obra, a educação “sempre foi estratégica no desenvolvimento das nações”, mas nos últimos este tema ganhou notável visibilidade – num debate que não mais se restringe aos campi universitários. “O propósito principal deste livro é contribuir para a ampliação e o aprofundamento da reflexão sobre os destinos da produção do conhecimento e do ensino superior no chamado ‘mundo globalizado’”, diz a reitora.

Jorge Brovetto, Miguel Rojas Mix, Wrana Maria Panizzi (orgs.)

Autores: Darío Villanueva, Fernando Lema, Gabriel Macaya, Ginés María Salido Ruiz, Hélgio Trindade, Hugo Oscar Juri, Jorge Brovetto, Jorge H. González, José Barata-Moura, José María Martín, Delgado, José Trinidad Padilla López, Juan Carlos Gottifredi, Juan Carlos Rodríguez Ibarra, Luis Lima, Marcelo Bernal, Marco Antônio Rodrigues Dias, Miguel Rojas Mix, Olívio Dutra, Óscar Schuberoff, Rodrigo Borja, Ubaldo Zúñiga Quintanilla e Wrana Maria Panizzi.



ORELHA



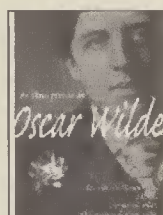
A Estética Aberta de Mário de Andrade

Leda Miranda Hühne

A partir da leitura hermenêutica das obras de Mário de Andrade a autora mostra que ele elaborou uma estética ontológica, aberta, que pode ser compreendida a

partir de três princípios fundamentais, estabelecidos por ele, após a sua interpretação do Movimento Modernista.

UAPÊ, 380 p. R\$35,00

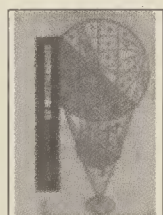


As Obras Primas de Oscar Wilde

Oscar Wilde

Desta antologia fazem parte o romance “O retrato de Dorian Gray”, as peças “Salomé” e “O marido ideal”, seus poemas em prosa, os contos “O crime de Lord Arthur Savile” e “O fantasma de Canterville”, além de algumas das frases e aforismos que tornaram célebre o escritor irlandês.

Ediouro, 520 p. R\$33,00.



Os Investigadores

Daniel Joseph Boorstin

Este livro, último da trilogia que mostra a busca do homem para compreender seu mundo, é um importante e guia sobre as grandes figuras da história que investigaram o sentido e o objetivo da existência. O autor traz para o leitor um conhecimento enciclopédico sobre as principais idéias filosóficas e religiosas que formam o mundo ocidental.

Civilização Brasileira, 416 p. R\$38,00.


WWW

Prossiga

 www.prossiga.br

O sítio promove a criação e o uso de informação sobre ciência e tecnologia na rede. Além disso, oferece uma interessante lista de bibliotecas virtuais temáticas.

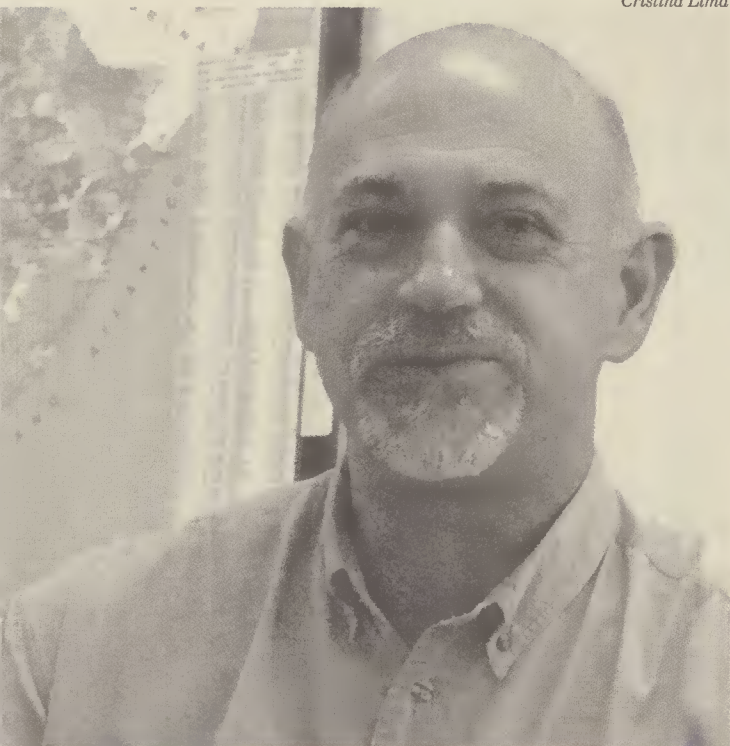
Educação

 bve.cibec.inep.gov.br

Desenvolvido pelo INEP, é uma ferramenta prática de pesquisa a sites educacionais no Brasil e exterior. Oferece temas pertinentes para buscas rápidas.

"A sociedade não compreende o que tem a ganhar com a pesquisa"

Cristina Lima



Baumvol: "repasse inadequados são históricos"

O Rio Grande do Sul já tem por tradição não cumprir o Artigo 236 da sua Constituição, que estabelece o repasse de 1,5% da receita tributária líquida do Estado para a Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapergs). A crise se agravou em 2002, quando o governo repassou menos que 25% do valor previsto em lei. O atual governo também alega não ter recursos. O investimento privado em pesquisa ainda é muito pequeno e a comunicação entre o setor e a sociedade, insuficiente. Diante dessa situação, a Fapergs – e, com ela, a pesquisa científica – sobrevive de repasses irregulares e sem planejamento orçamentário. Em entrevista ao Adverso, o presidente da Fundação, Israel Baumvol, diz como administra – e entende – essa situação. Além disso, fala sobre a democratização e transparência dos Comitês Científicos.

Aline Adolphs

ADverso - **A Fapergs está passando por um mau momento com atrasos nos pagamentos de auxílios de bolsas e editais. Atribuíram-se os problemas ao fim do governo Olívio. Entretanto, eles persistem. Quais seriam as causas disso?**

Israel Baumvol - No fim do governo Olívio houve uma crise orçamentária na Fapergs. O repasse de recursos já era historicamente baixo em relação ao que está escrito na constituição do Estado, não só no governo Olívio Dutra, mas em outros governos. Porém, neste último ano deve ter sido algo entre 10% ou 12% do valor previsto na constituição, o que nos lançou em um vazio orçamentário. A novidade do ano passado em relação aos anos anteriores é que não se conseguiu executar o que já estava contratado. Tinham-se 300 e poucos contratos assinados ou por assinar, auxílios de diversas naturezas. Nós fomos obrigados a cancelá-los unilateralmente, repassando-os para 2003.

Adverso - Então, a Fapergs ainda não conseguiu se recuperar desse período?

Baumvol - O novo governo que assumiu alega um profundo desequilíbrio orçamentário. Alega que não dispõe de recursos. Eu tenho participado de atividades deste atual governo em outras áreas onde também há reivindicações, como o crédito educativo, que afeta profundamente as universidades. Foi feito o aceito inicial de um repasse em torno de R\$ 5 milhões, justamente para zerar o ano interior. Nós ainda estamos aguardando a materialização deste repasse, assim como aguardamos uma previsão orçamentária, recursos e cronogramas, para que possamos planejar o ano de 2003. Nós temos o programa Fapergs para 2003, mas este é um documento interno da Fundação, são os planos e as ações que temos para o ano.

Adverso - E como está a relação da Fapergs com a Secretaria de Ciência e Tecnologia?

Baumvol - O secretário anterior, assim como o atual, mantinha boas relações com a Fapergs, relações de trabalho, de construção. Parece-me que os repasses inadequados não são culpa da inserção fraca de um secretário no governo ou na comunidade universitária. Essas razões sempre têm o seu papel em qualquer atividade, em qualquer governo do mundo,

mas não é isso. O determinante no repasse inadequado é uma incompreensão do que o governo e o Estado ganham com a pesquisa. Isso não é compreendido nem pelo comando supremo do Estado, nem pelo secretariado. A não ser os pesquisadores, a sociedade não compreende o que nós temos a ganhar com isso. A pesquisa é vista como gasto e não como investimento. Há também uma grave deficiência nossa: nós, pesquisadores, não nos comunicamos com a sociedade. Nós vivemos em nosso pedestal, em nossa estufa, convencidos de que a nossa pesquisa é a coisa mais importante do mundo, que pouco importa o que os outros

" Não nos comunicamos com a sociedade, somos herméticos, príncipes, sacerdotes de uma causa inquestionável "

tenham a respeito dela. Nos isolamos. E, como a pesquisa é um trabalho intelectual superior, ao qual poucos têm acesso, a sociedade não entende. Nós estamos metidos na "civilização tecnológica", nome alternativo para a civilização pós-industrial, onde o maior valor agregado a qualquer produto comercializado em qualquer mercado é a tecnologia. A prosperidade, hoje, depende, na opinião de gente mais bem informada do que eu, de uma larga medida de tecnologia. Em estimativas grosseiras da Organização Mundial do Comércio, em média 80% do valor agregado aos produtos comercializados em todos os mercados do mundo é tecnologia. Todos os outros valores: mão-de-obra, recursos naturais, etc, correspondem apenas aos 20% restantes. O país, e o nosso Estado em particular, não tem acesso a esses 80%. Nós vivemos numa ilusão de que vendendo produtos primários, poderemos gerar a prosperidade e o bem estar social. Nada contra o setor primário, mas não se pode ignorar que, principalmente na atividade primária, a tecnologia é um fator preponderante. Não se faz mais nada sem tecnologia, só que ela não é nossa. Quando exportamos um navio

de soja, por exemplo, temos que ver quanto nos custou aquele navio. Para aumentar a participação do Estado nos valores do comércio internacional, há que se aumentar a quantidade de tecnologia, e para isso é necessário pesquisa. Não tem outra saída. Não compreender o mundo em que se vive é o nosso erro mais grave.

Adverso - E por que é tão difícil para o Estado investir, de fato, em Ciência e Tecnologia?

Baumvol - É compreensão. O Estado não entende o que ele tem a ganhar conosco. Ele nos considera inconvenientes, um incômodo. Acha que ficamos pedindo dinheiro sem parar, acham que nos dão demais, que somos privilegiados, essas coisas. Mas, eu quero insistir que nós temos uma fração de culpa nisso tudo, tão grande quanto o Estado. Porque não nos comunicamos com a sociedade, somos herméticos, príncipes, sacerdotes de uma causa inquestionável. Tudo isso é bobagem, pesquisa é uma profissão como qualquer outra e para exercê-la é preciso lutar pelas suas condições, o pesquisador é como um operário ou qualquer outra pessoa.

Adverso - Havia uma expectativa da Fapergs, em dezembro passado, de dispor de mais de R\$ 30 milhões em 2003. Essa expectativa permanece?

Baumvol - O artigo 236 da Constituição é transparente: 1,5% da renda tributária líquida do Estado para a Fapergs. Isso é difícil de estimar. No início do ano foram R\$ 84 milhões, no final do ano, devem ser R\$ 100 milhões. A lei que regulamenta o artigo 236 diz que esses repasses têm que ser feitos mês a mês, de modo que o que acabaria sendo constitucional em 2003 é alguma coisa entre R\$ 84 e R\$ 100 milhões, vamos dizer R\$ 90 milhões. A única coisa concreta que existe é essa previsão constitucional. Contudo, reconhecendo as dificuldades financeiras do Estado, propusemos um programa de orçamento para este ano de R\$ 40 milhões. Isso é tudo o que existe. O problema é que nunca houve uma relação entre a renda líquida do Estado e o repasse para a Fapergs. O governo repassa o quanto quer. Alguns anos mais, outros menos, mas nunca acima de 25% do que é constitucional. E este ano, até a data de hoje, não há nenhuma previsão de repasse. Se a Adufrgs fala em R\$ 30 milhões, eu fico muito contente, porque se temos um orçamento de R\$ 40 milhões, com R\$ 30 milhões ainda podemos trabalhar.

Adverso - Com relação à constituição dos Comitês Científicos, houve, na gestão anterior, um esforço de dar mais transparência e poder de decisão para a comunidade científica na escolha dos nomes. Esta decisão está incorporada na estrutura da Fapergs ou pode sofrer ajustes "ideológicos"?

Baumvol - Este é um assunto bem mais agradável do que o anterior. Realmente, esta mudança, hoje, está instalada dentro da fundação. O diretor científico responsável por esta transformação instalou dentro da Fapergs a democratização e a transparência do processo. Eu sou um grande apoiador, está instalada e não arreda mais daqui. Portanto, a resposta é sim, o processo continua, vai ser reforçado em março. Até o fim de março estaremos recebendo as indicações da comunidade para a renovação dos comitês. O eleitorado é qualificado, tem que ser pesquisador cadastrado, ou dirigente de uma especialização etc. É amplamente distribuído regionalmente. Nós escolhemos somente entre os nomes indicados pela comunidade e buscamos entre eles, aqueles que dêem homogeneidade temática e regional. Esse é o nosso limite. É com isso que se garante a democracia e a transparência do processo.